

Editorial

“[...] acredito que o dever maior do intelectual, em sua tentativa de ajustar-se criadoramente à sociedade brasileira, objetiva-se na obrigação permanente de contribuir, como puder, para estender e aprofundar o apego do homem médio ao estilo democrático de vida”.
(Florestan Fernandes)

O complexo momento vivido pelo país se estende por 2019. Parece que o homem (e a mulher) médio brasileiro demonstra pouco apego ao “estilo democrático de vida”. A *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* tem buscado constituir-se em espaço democrático para o debate interdisciplinar sobre temas relativos à “questão regional”, sobretudo, de formações sociais periféricas – cujas sociedades (às vezes, com a incompreensível indiferença de representantes de sua intelectualidade) continuam sendo privadas de um *estilo mais democrático de vida*. E como a RBDR busca contribuir para este debate? Por meio da publicação de artigos, ensaios e resenhas, inéditos (exceto se tiverem sido publicados em periódicos não brasileiros), que tenham origem, principalmente, na área de planejamento urbano e regional. Contudo, contribuições de outras áreas, como geografia, economia, sociologia, antropologia e ciência política, também são bem-chegadas. Se confluírem para assuntos que digam respeito ao desenvolvimento regional, acolhem-se até contribuições de áreas como urbanismo, comunicação social, direito, serviço social e turismo. Apesar do complexo momento vivido pelo país, até aqui marcado por fatos que contrariam um *estilo mais democrático de vida*, apresenta-se, com a satisfação possível, o primeiro número de 2019 da RBDR.

Cabe recordar que os artigos e ensaios publicados na *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* podem assumir natureza mais “teórica” ou ter caráter mais “empírico”, consistir de interpretações sobre o desenvolvimento regional latino-americano (sobretudo, o brasileiro) ou de exames que relacionem escalas relevantes na explicação dos vários processos de desenvolvimento e, se for o caso, enfatizar as determinações causais e a atuação de agentes e instituições presentes na construção de trajetórias de desenvolvimento no território.

Os nove artigos deste primeiro número de 2019, apresentados a seguir, correspondem ao perfil da RBDR, em conformidade com o acima referido.

“Vai, malandra: o despertar ontológico do planeta fome” é o primeiro artigo, assinado por Armando de Melo Lisboa. Aí são examinados empreendimentos populares que, na perspectiva do autor, indicam uma progressiva ruptura com a subalternização da maioria do povo brasileiro, levando a uma inserção criativa na vida global. Mais: eles podem estar apontando para um despertar do coma étnico dxs brasileirxs que xs livre do domínio dos paradigmas eurocêtricos/patriarcais, de modo a superar seu histórico não-ser.

O segundo artigo, assinado por Pietro Caldeirini Aruto, é “Capitalismo dependente e questão regional no século XXI: o caso do Centro-Oeste brasileiro”. O propósito é relacionar os determinantes internacionais e nacionais do desenvolvimento capitalista dependente brasileiro com a questão regional, à luz do caso do Centro-Oeste. A análise teórica e empírica aponta que a extroversão do capital sobre o território teve como base uma forma nova e específica de reprodução da força de trabalho na região.

Em “Plano de Ação Palmas Sustentável 2015: processo de planejamento e justiça social”, Sarah Afonso Rodovalho, Alex Pizzio e Monica Aparecida da Rocha Silva apresentam os resultados de um estudo sobre a construção do diagnóstico do *Plano de Ação Palmas Sustentável 2015*, incluído na *Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis*. Os resultados indicam que a visão de desenvolvimento subjacente ao plano desconsidera a justiça social nas três dimensões enfatizadas nesse processo de planejamento.

Ana Luiza de Araújo e Silva e Gilberto de Miranda Rocha assinam o artigo seguinte: “Cidade e água: a produção do espaço na Bacia do Igarapé do Tucunduba em Belém-PA”. Aí procuram analisar o histórico da relação ‘cidade e água’ no contexto amazônico, assim como Belém historicamente delineou a produção do espaço no convívio com as águas. Os resultados permitem verificar as alterações sofridas pela bacia do Tucunduba ao longo de sua história, evidenciando a degradação ambiental em suas imediações.

No artigo seguinte, “Formação histórica e trajetórias migratórias: o caso de Imperatriz-MA”, Edgar Oliveira Santos, Edney Loiola, Sônia Oliveira Santos, Rafael de Oliveira Araújo e Antônio P. Lucena examinam dinâmicas regionais de desenvolvimento e redes migratórias. Tomam Imperatriz (município localizado no sudoeste do Maranhão) como caso para verificar se a dinâmica de seu desenvolvimento condicionou os fluxos migratórios que resultaram no povoamento ocorrido a partir dos anos 1960.

“Desenvolvimento Humano Municipal no Estado da Bahia” – assinado por Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira, Jandir Ferrera de Lima e Roselaine Navarro Barrinha – é o sexto artigo. Utilizando metodologia do PNUD, o artigo se debruça sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM dos municípios baianos. Os resultados indicam que, se, por um lado, os ganhos econômicos foram inferiores à média nacional, por outro, os ganhos sociais foram bastante consideráveis.

Já no sétimo artigo, “Cobertura da terra e qualidade ambiental: o caso de Peabiru-PR”, Ana Flávia Bilmayer e Maristela Denise Moresco Mezzomo buscaram demonstrar que a aplicação de um indicador – cobertura da terra – pode ser considerada uma interessante ferramenta para analisar a qualidade ambiental urbana. Estudando o caso de Peabiru, no estado do Paraná, inferiram que há

necessidade de planejamento voltado para espaços e áreas verdes que potencializem a qualidade de vida da população.

Em “O Programa Bolsa Família e suas repercussões no território: o caso de Chapecó-SC”, Bruna Taize de Medeiros e Rosane Bernardete Brochier Kist analisam a repercussão das condicionalidades do PBF no município de Chapecó, em Santa Catarina. Elas constataam que há desafios quanto à oferta de serviços nas áreas de Assistência Social, Saúde e Educação para as famílias beneficiárias aos direitos sócio-assistenciais, o que pode comprometer os resultados previstos a partir das condicionalidades do PBF.

Por fim, para o gáudio desta editoria, Rubens Staloch e Isa de Oliveira Rocha assinam o último artigo: “Cinco primaveras de discussões e reflexões da Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional-RBDR”. Seu objetivo foi verificar os temas que predominaram no periódico em seus primeiros cinco anos. Os 97 artigos deste período tiveram origem no Brasil e noutros seis países, predominando temas de geografia regional/urbana, políticas públicas de desenvolvimento urbano/regional e economia urbana e regional.

Ainda há uma seção destinada às resenhas, que traz uma pequena lista de obras que ganharam a luz ao longo de 2018. Talvez, os leitores deste número da RBDR também possam interessar-se por ela.

Antes de fechar este editorial, são pertinentes algumas observações: em primeiro lugar, cabe informar que a RBDR deverá continuar passando por *mudanças*, com a participação ativa da brava equipe que a vem editando. Também é necessário agradecer a todos que – como articulistas, integrantes do conselho editorial ou “carregadores de piano” – têm contribuído para que a *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* chegasse até aqui. Por fim, este periódico pretende continuar contando com a crítica construtiva de seus mui atentos leitores, autores e membros do conselho editorial, de forma que, a cada edição, possam ser diminuídos erros e equívocos. Enfim, como se deseja que a RBDR permaneça cumprindo com o seu propósito – ou seja: constituir-se em espaço democrático de debate interdisciplinar qualificado sobre temas ligados à “questão regional” – cabe a cada um/uma contribuir, como lhe for possível, para que também a *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* se constitua em instrumento de promoção de um “estilo democrático de vida” entre nós!

Excelente leitura! E até o próximo número!

Ivo M. Theis
Editor

